



CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2014. 444 p.

PASSAGEM DESBOTADA NA MEMÓRIA – A RELAÇÃO ENTRE EMPREITEIRAS BRASILEIRAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL - 1964/1985

Manoel Reinaldo Silva Rego¹

Passados mais de 50 anos do início da ditadura, vários filmes, livros, debates acadêmicos e públicos expressam a disputa pela atualização da memória e pela dimensão da relação de poder nos anos do supracitado contexto: a ditadura civil-militar. Uma análise, a partir das empreiteiras, nos dá uma referência de como foi a atuação desse segmento do empresariado no tocante à sustentação de um regime de exceção. Aliás, nada mais atual que falar das formas de atuação das empreiteiras dentro do Estado Brasileiro durante o governo dos Generais. A pesquisa de Pedro Henrique Pedreira Campos servirá como referência para aqueles que queiram analisar o que está acontecendo no presente.

Originalmente publicado como tese de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2012, com o título “A ditadura das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985”, o trabalho de Pedro Henrique é um esforço de compreensão da relação entre um segmento do empresariado brasileiro, *os empreiteiros de grande porte*, e a Ditadura Militar.

A relação do empresariado com o golpe de estado em 1964 no Brasil é abordado no estudo clássico de René Armand Dreiffus “1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe”. Se podemos mencionar que o livro ora resenhado tem a mesma abordagem teórica, podemos afirmar que ele traz inovações, uma vez que o autor não apresenta o empresariado como conspirador de um golpe de estado, mas como um grupo que procura aglutinar várias frações da burguesia, formando a hegemonia privada com objetivos de assegurar seus interesses dentro do aparelho do Estado.

¹ Especialista em História: Política, Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor de História da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista.



Para compreender o desdobramento e o paradigma de sustentação da relação empresariado da construção civil e ditadura militar, o autor de *Estranhas Catedrais* analisou as formas de organização desse segmento do empresariado buscando suas raízes e como se consolidou esse segmento empresarial brasileiro: os empreiteiros.

Aponta o autor que no Império e na Primeira República, as empresas estrangeiras predominavam no ramo da construção civil no Brasil. Porém, é a partir dos anos 30 do século passado que grandes empresas nacionais vão entrar de forma atuante nesse cenário, embora muitas vezes utilizando-se de capital estrangeiro. Abordando as formas de atuação do empresariado da construção pesada no Brasil a partir de modelos, o autor demonstra que foi de acordo com a política econômica desenvolvida no Brasil que este empresariado se consolidou.

Nos meados do século XIX, com a economia voltada para as atividades agroexportadoras, as empresas de construção pesada concentravam-se nas construções de portos e estradas de ferro, empreendimentos feitos, em geral, por empresas estrangeiras. No início da década de 1930, com o iminente processo de industrialização do Brasil, é que este modelo ligado à atividade agrícola para exportação vai entrar em declínio, ganhando espaço uma nova forma de atuação deste segmento do empresariado: as construtoras voltadas para empreendimentos de infraestrutura e ligadas ao ramo da habitação e ao processo de industrialização do país.

Pedro Henrique demonstra que as várias formas de financiamento habitacional e o crescente surgimento das empresas estatais fizeram com que surgissem várias construtoras do ramo da construção pesada adaptadas a esse negócio. Menciona o autor que, a partir dos anos 30 do século passado, viu-se a retirada do Estado da atividade construtora, passando esse apenas a contratador de obras.

Entre as idas e vindas do processo, a definição do papel das construtoras nas obras públicas ocorreu no governo de Juscelino Kubitschek, quando houve não só um grande aumento na contratação junto ao setor privado, mas também um aperfeiçoamento de tarefas e funções entre empresas privadas e Estado. Assim, o que houve foi um aprimoramento do modelo varguista, caracterizando, dessa forma, uma vitória dos interesses dos empreiteiros, o que teve continuidade durante o regime militar.



Com a consolidação desse modelo, durante o governo dos Generais, as empreiteiras começaram diversificar o raio de atuação e não restringiram seu trabalho somente na construção e edificação de obras, mas também em outras atividades que muitas vezes não tinham nenhuma ligação com a construção civil. É o caso, por exemplo, de investimentos no agronegócio e em redes bancárias, bem como em conglomerados comerciais.

Outra característica mencionada pelo autor que constitui uma marca das empresas brasileiras de construção pesada durante o regime militar refere-se à mecanização destas construtoras, já que, historicamente, esse setor era pouco mecanizado em relação aos países centrais.

O autor do livro também enfatiza a relação das empreiteiras com os meios de comunicação e o Regime Militar. Na revista “*O empreiteiro*”, ligada ao ramo da construção civil, muitas matérias e editoriais teciam comentários elogiosos à forma de atuação do regime diante de grandes obras planejadas à época, como foi o caso da Ponte Rio-Niterói e da Transamazônica.

Outro elo de entendimento propiciado pela obra aqui mencionada sobre a relação empresários da comunicação e o regime militar está relacionado ao fato de que, com o governo instaurado em 1964, as formas de atuação entre grandes meios de comunicação e agentes do Estado mudaram. Se antes da ditadura os empresários da comunicação concentravam suas influências junto a agentes públicos para intermediar pagamentos ou conseguir contratos para os empreiteiros da construção pesada, seus patrocinadores, durante o regime ditatorial a lógica muda: são os próprios empreiteiros que passam a investir nos meios de comunicação para fazer a propaganda política do regime e, em consequência, usufruir dos benefícios rendosos.

Exemplifica o autor com o caso de Samuel Wainer, dono do Jornal *Última hora*, com ligações políticas com o presidente deposto, João Goulart, exilado pelo regime instaurado em 1964, viu-se diante de assédios de empreiteiros que queriam comprar o seu jornal.

Em geral, a relação ideológica e de interesse entre empreiteiros e generais norteadores da ditadura tinha um ponto em comum: o anticomunismo. Entretanto, podem ser percebidos na abordagem do autor alguns conflitos, embora com suas moderações. O ponto em que muitas vezes o governo contrariava os interesses dos empresários da construção pesada era

o favorecimento a empresas estrangeiras. Além de algumas obras, principalmente estradas, açudes e barragens serem feitas pelo Exército.

Um traço característico das empresas de construção pesada é a sua constituição a partir de grupos familiares, o que não difere, quanto à forma de atuação regionalizada com atuações conjuntas, de outras frações da burguesia nacional. Um caso emblemático mencionado pelo autor, que reflete essa vinculação de elementos da classe dominante, ocorreu na Bahia, representado pelas famílias Calmon de Sá (Banco Econômico), Mariani Bittencourt (Banco da Bahia), Antônio Carlos Magalhães (dono de meios de comunicação) e Norberto Odebrecht (dono da Construtora Odebrecht). A oportunidade de Ângelo Calmon ocupar o Ministério da Indústria e Comércio na década de 70 possibilitou à família Mariani e Odebrecht investirem no setor petroquímico. Esse canal de articulação entre fragmentos da burguesia estadual e agentes civis e militares pertencente ao quadro dirigente do estado brasileiro, formando grupos de hegemonia privada, também foi analisado pelo autor em outros estados.

Utilizando-se de um referencial teórico do marxismo gramsciano, o autor analisa as formas organizativas das empreiteiras brasileiras na sociedade civil. Partindo de conceitos como o de *intelectual orgânico*, o autor aborda os meios utilizados por certos indivíduos para defenderem os interesses classistas dentro da sociedade política.

É notória a participação, a partir de 1964, de empresários no direcionamento do aparelho estatal, quadro a que pertencia o gerenciamento do alto escalão do governo, na grande maioria composto por segmentos da grande burguesia ou da mais alta patente militar. Sem canais de reivindicação, os segmentos das camadas populares ficaram fora da política do governo dos Generais.

Utilizando-se de uma metáfora com passagens de músicas de Chico Buarque (o que também foi utilizado no título do livro *Estranhas Catedrais*), Pedro Henrique aborda a quebra de hegemonia do regime, decorrente da recessão econômica internacional e do desgaste do modelo político vigente a partir dos anos 70.

Com a metáfora “*morreu na contramão atrapalhando o tráfego*”, o autor explicita a condição de vida, política e social do mundo dos trabalhadores que culmina com o fim da hegemonia do Regime. Muitos empreiteiros começam a fazer críticas públicas ao governo dos Generais

nesse período. Com o símbolo “*estranhas catedrais*”, o autor discorre sobre as construções faraônicas feitas sob a égide o regime militar: a viabilidade, necessidade e execução destas construções começam a ser questionadas.

“*Tenebrosas transações*” é o último subtítulo do livro. Nessa seção, esclarecem-se algumas denúncias de corrupção nos contratos de obras públicas. Menciona o autor que, entre os mecanismos utilizados pelos empreiteiros para fazer de um contrato de construção o mais rendoso possível, era a negociata para conseguir, depois de ganho o processo licitatório, um aditivo no contrato. Aliás, ao que parece, esse é um mecanismo que ainda não saiu de moda.

Pedro Henrique coloca em discussão que, mesmo com o final da ditadura, os mecanismos de atuação das empreiteiras não mudaram. Muito pelo contrário, foi com o fim do regime autoritário que esses empresários ligados à construção pesada ampliaram o raio de atuação. Além dos grandes contratos com o setor público, passaram a ser beneficiados com o processo de privatização das empresas públicas, tendência do governo brasileiro a partir dos meados dos anos 80, com o credo voltado para uma política neoliberal.

Pedro Henrique demonstrou no decorrer do livro como os militares e a alta burguesia associaram crescimento econômico e desenvolvimento à construção de obras faraônicas, principalmente às ligadas a rodovias e captação de energia.

No entanto, faltou ao autor discutir um pouco mais como se dava a obtenção de financiamento pelo estado brasileiro a credores internacionais, já que a literatura sobre a temática atribui essa questão a um crescimento exagerado da dívida externa brasileira nesse período. Outro fator que poderia ser mais explorado na obra foi como se deu a participação dos empreiteiros que atuaram no Governo João Goulart no início da ditadura.

Recebido em 8/03/2015 – Aprovado em 12/04/2015